

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	19
1. NOÇÕES GERAIS DA REFORMA PROCESSUAL CIVIL .	21
1.1 Aspectos gerais .....	21
1.2 Sincretismo: o binômio cognição-execução .....	28
2. NATUREZA JURÍDICA DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA .....	33
2.1 Análise da natureza jurídica propriamente dita .....	33
2.2 A impugnação ao cumprimento da sentença como defesa intraprocessual .....	46
2.3 Finalidade da impugnação ao cumprimento da sentença .....	50
3. NECESSIDADE DE GARANTIA DO JUÍZO PARA O OFERECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO .....	51
4. LEGITIMIDADE PARA OFERECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO .....	59
4.1 Legitimidade do devedor, espólio, herdeiros e sucessores do devedor .....	62
4.2 Legitimidade do co-devedor que não teve seus bens penhorados .....	64
4.3 Legitimidade do curador especial .....	66
4.4 Legitimidade decorrente da responsabilidade executiva secundária .....	67

4.5 Legitimidade do cônjuge .....	71
4.5.1 Responsabilidade patrimonial do cônjuge .....	75
4.5.2 Regime de bens entre os cônjuges .....	76
4.5.2.1 Comunhão parcial .....	77
4.5.2.2 Comunhão universal .....	78
4.5.2.3 Separação total .....	79
4.5.2.4 Participação final nos aquestos .....	79
5. MATÉRIAS ARGÜÍVEIS .....	83
5.1 Exaustividade do rol de matérias do artigo 475-L do Código de Processo Civil .....	83
5.2 Falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia .....	88
5.3 Inexigibilidade do título .....	90
5.4 Penhora incorreta e avaliação errônea .....	95
5.5 Ilegitimidade de partes .....	114
5.6 Excesso de execução .....	115
5.7 Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença .....	118
5.7.1 Pagamento .....	118
5.7.2 Novação .....	120
5.7.3 Compensação .....	121
5.7.4 Transação .....	122
5.7.5 Prescrição .....	123
5.7.6 Outras matérias .....	127
5.7.7 Possibilidade de alegação de matérias anteriores à sentença .....	128
6. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO, IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DO JUIZ .....	131
7. PROCEDIMENTO .....	135
7.1 Prazo para oposição .....	135
7.1.1 Aplicação do artigo 191 do Código de Processo Civil? .....	137
7.1.2 Destinatário da intimação .....	140

7.1.3 <i>Dies a quo</i> do prazo .....	142
7.1.3.1 Aplicação do artigo 241, inciso III, do Código de Processo Civil? .....	142
7.1.3.2 Penhora e avaliação de bens por carta .....	143
7.2 Suspensividade da fase executiva em decorrência do oferecimento da impugnação .....	146
7.2.1 Regra geral, possibilidade de atribuição de efeito suspensivo e requisitos .....	146
7.2.2 Possibilidade de prosseguimento após a atribuição de efeito suspensivo .....	151
7.3 Forma de autuação da impugnação .....	158
7.4 Manifestação do impugnado-exeqüente .....	159
7.5 Produção de prova na fase impugnativa .....	161
7.6 Desistência da execução e efeitos sobre a impugnação .....	162
7.7 Decisões proferidas e recursos na fase impugnativa .....	166
7.8 Coisa julgada .....	171
7.9 Taxa judiciária e honorários advocatícios .....	174
8. ALGUMAS QUESTÕES POLÊMICAS .....	183
8.1 Impugnação ao cumprimento da sentença e as execuções específicas .....	183
8.2 Impugnação e os vícios da expropriação .....	185
8.3 O acolhimento das alegações impugnativas e o artigo 574 do Código de Processo Civil .....	187
8.4 Impugnação manifestamente protelatória e a multa do parágrafo único do artigo 740 do Código de Processo Civil .....	189
9. NOTAS DE CUNHO CONCLUSIVO .....	191
BIBLIOGRAFIA .....	205